

A AGRICULTURA FAMILIAR: Uma alternativa para o desenvolvimento sustentável no município de Condado – PB

Ivanilza Formiga Soares

Formada em Geografia - FIP; Professora da Rede municipal de ensino de Condado-PB; pós em geopolítica e história
- FIP. ivanilza-soares@yahoo.com.br

Alana Candeia de Melo

Prof.^a D. Sc. da FIP - Faculdades Integradas de Patos – Patos - PB

Alan Dél Carlos Gomes Chaves

Licenciada em Geografia pela –FIP – Faculdades Integradas de Patos – PB, pós-graduado em Educação ambiental e sustentabilidade
– graduando do curso de Engenharia Ambiental –UFCEG/CCA-POMBAL - PB. E-mail: alandcgc@hotmail.com

RESUMO - No Semi-árido nordestino, a Agricultura Familiar é apontada como um novo caminho para a construção de agriculturas de base ecológica ou sustentável. No entanto, o Brasil ainda não reconheceu as vantagens da agricultura familiar como sendo uma estratégia ao desenvolvimento rural. A agricultura familiar é fundamental para o desenvolvimento econômico sustentável do espaço rural. A produção familiar é a principal atividade econômica de diversas regiões brasileiras e precisa ser fortalecida, pois o potencial dos agricultores familiares na geração de empregos e renda é muito importante. O presente artigo tem por objetivo mostrar a importância da agricultura familiar como uma alternativa ao desenvolvimento sustentável, para o município de Condado, localizado no sertão paraibano.

Palavras-chave: Agricultura familiar. Condado-PB. Desenvolvimento Sustentável. Alternativas.

LA AGRICULTURA FAMILIAR: Una alternativa para el desarrollo sustentábel en el municipio de Condado – PB

RESUMO - En el Semi-árido nordestino, la Agricultura Familiar es apuntada como un nuevo camino para la construcción de agriculturas de base ecológica o sustentábel. Sin embargo, el Brasil aún no reconoció las ventajas de la agricultura familiar como siendo una estrategia al desarrollo rural. La agricultura familiar es fundamental para el desarrollo económico sustentábel del espacio rural. La producción familiar es la principal actividad económica de diversas regiones brasileñas y necesita ser fortalecida, pues el potencial de los agricultores familiares en la generación de empleos y renta es muy importante. El presente artículo tiene por objetivo mostrar la importancia de la agricultura familiar como una alternativa al desarrollo sustentábel, para el municipio de Condado, localizado en el sertão paraibano.

Palabras-llave: Agricultura familiar. Condado-PB. Desarrollo Sustentábel. Alternativas.

SUSTAINABLE AGRICULTURE: An alternative to sustainable development in the city of Condado – PB

ABSTRACT - In Semi-arid, family farming is identified as a new way for the construction of basic ecological agriculture and sustainable. However, Brazil has not recognized the advantages of family farming as a strategy for rural development. Family farming is key to sustainable economic development of rural areas. The production environment is the main economic activity in various regions of Brazil and needs to be strengthened, as the potential of small farmers in generating jobs and income is very important. This article aims to show the importance of family farming as an alternative to sustainable development for the city of Condado, located in the interior of Paraíba

Keywords: Family agriculture. County-PB. Development. Alternatives.

INTRODUÇÃO

INFORMATIVO TÉCNICO DO SEMI-ÁRIDO GRUPO VERDE DE AGRICULTURA ALTERNATIVA (GVAA)

Ao se discutir o futuro tecnológico da agricultura e as inovações tecnológicas e organizacionais, não se pode deixar de considerar a questão ambiental. Não se trata mais de produzir em grandes quantidades, mas também, e principalmente, com qualidade, com técnicas socialmente aceitas e menos agressivas ao meio ambiente.

No Semi-árido nordestino, a Agricultura Familiar é apontada como um novo caminho para a construção de agriculturas de base ecológica ou sustentável. No entanto, o Brasil ainda não reconheceu as vantagens da agricultura familiar como sendo uma estratégia ao desenvolvimento rural.

A agricultura patronal, modelo ainda predominante no Nordeste brasileiro, emprega cada vez menos trabalhadores, acarretando cada vez mais concentração de renda e exclusão social, ou seja, absurda ineficiência distributiva, diferentemente da agricultura familiar que é tida como padrão redutor da pobreza.

Diante desse cenário, a agricultura familiar se torna uma estratégia de desenvolvimento rural que promove o rápido processo de inovação na indústria e nos serviços, sem piorar as taxas de desemprego no ambiente urbano.

As discussões sobre a importância e o papel da agricultura familiar vêm ganhando força, impulsionada através de debates embasados no desenvolvimento sustentável e também, na geração de emprego e renda e na segurança alimentar.

Por outro lado, é premente a necessidade de resgatar a dívida social com a Agricultura Familiar em decorrência da agricultura moderna. Ademais, ela vem se mostrando como uma das melhores formas de ocupação do espaço rural, podendo favorecer o cumprimento de exigências sociais, como a geração de emprego e renda, e ambientais, como a conservação da biodiversidade.

No Brasil, o universo da Agricultura Familiar é extremamente heterogêneo e inclui desde famílias muito pobres, que detêm em caráter precário um pedaço de terra, que dificilmente pode servir de base para uma unidade de produção sustentável, até famílias com dotação de recursos suficientes para aproveitar as oportunidades criadas em seu contexto. Na atual condição brasileira, onde parte da população vive com rendas abaixo da linha de pobreza, a Agricultura Familiar pode desempenhar um papel fundamental nas metas de segurança alimentar e nutricional.

Analisando os aspectos sócio-econômicos produzidos a partir da agricultura do município de Condado-PB, percebe-se que o caminho mais viável é priorizar a Agricultura Familiar, investindo nela, sob todos os aspectos, visando o desenvolvimento sustentável no referido município.

O presente tem por objetivo mostrar a importância da agricultura familiar como uma alternativa ao desenvolvimento sustentável no município de Condado-PB.

Na atualidade, a discussão sobre a agricultura familiar vem ganhando legitimidade social, política e acadêmica no Brasil, passando a ser utilizada com mais frequência nos discursos dos movimentos sociais rurais, pelos órgãos governamentais e por segmentos do pensamento acadêmico, especialmente pelos estudiosos das Ciências Sociais que se ocupam da agricultura e do mundo rural.

Por seu potencial, a agricultura familiar constitui-se parte importante da solução dos problemas do país. No entanto, apesar de representar um segmento numeroso da população, que necessita de um programa de assistência social, tal modalidade produtiva tem sido inviabilizada por políticas inadequadas e ausentes.

No sertão paraibano, caracterizado pela predominância de pequenas propriedades agrícolas, a agricultura familiar oferece uma grande contribuição ao desenvolvimento econômico da região. Entretanto, se repensada, tal modalidade pode dar uma contribuição ainda maior: poderá garantir a sustentabilidade do meio ambiente, contribuindo para a melhoria da qualidade de vida da população local.

Por essa razão, ela é apresentada como uma alternativa viável ao desenvolvimento sustentável. Caracterizada pela organização da mão-de-obra no interior da propriedade, ela possibilita uma produção orgânica, através da utilização de técnicas que priorizam a adubação orgânica e a utilização de inseticidas naturais.

Agricultura familiar: Conceitos e concepções

A agricultura familiar pode ser definida como o conjunto das unidades produtivas agropecuárias com exploração em regime de economia familiar, compreendendo aquelas atividades realizadas em pequenas e médias propriedades, com mão de obra da própria família.

De acordo com Hecht (2000, p. 52), A agricultura familiar caracteriza uma forma de organização da produção em que os critérios utilizados para orientar as decisões relativas à exploração não são vistos unicamente pelo ângulo da produção/rentabilidade econômica, mas considera também as necessidades objetivas da família. Ao contrário do modelo patronal, no qual há completa separação entre gestão e trabalho, no modelo familiar estes fatores estão intimamente relacionados.

A agricultura familiar corresponde a uma unidade de produção agrícola onde propriedade e trabalho estão intimamente ligados à família, ou seja, os empreendimentos familiares têm duas características principais: administração e trabalho familiar.

Completando esse pensamento, afirma Abramovay (2004), que a agricultura familiar possui as seguintes características:

- a) A gestão é feita pelos proprietários;

INFORMATIVO TÉCNICO DO SEMI-ÁRIDO GRUPO VERDE DE AGRICULTURA ALTERNATIVA (GVAA)

- b) Os responsáveis pelo empreendimento estão ligados entre si por laços de parentesco;
- c) O trabalho é fundamentalmente familiar;
- d) O capital pertence à família;
- e) O patrimônio e os ativos são objeto de transferência inter-gerencial no interior da família;
- f) Os membros da família vivem na unidade produtiva.

Ainda segundo esse autor, as definições de Agricultura Familiar não são unânimes. Contudo, em todas elas estejam presentes três atributos básicos: gestão, propriedade e trabalho familiar.

A agricultura familiar é fundamental para o desenvolvimento econômico sustentável do espaço rural. A produção familiar é a principal atividade econômica de diversas regiões brasileiras e precisa ser fortalecida, pois o potencial dos agricultores familiares na geração de empregos e renda é muito importante.

Nesse sentido, afirma Bittencourt (2002, p. 85), que é preciso estimular a participação dos agricultores familiares nas políticas públicas, garantindo a eles acesso à terra e ao crédito, condições e tecnologias para a produção e para o manejo sustentável de seus estabelecimentos, além de garantias para a comercialização dos seus produtos, agrícolas ou não.

No Brasil, a grande maioria dos produtores familiares é de pequenos proprietários. Por isso, o conjunto da produção agrícola familiar tem sido bastante prejudicado no decorrer do tempo. No entanto, ao longo do processo histórico, o estado sempre se voltou para beneficiar aos grandes produtores, desde a distribuição de terras, concedendo a formação dos grandes latifúndios no período colonial até a distribuição de subsídios e incentivos em geral a que só os grandes proprietários têm acesso.

Observam Buainain et al. (2002, p. 55), que “a agricultura familiar enfrenta ainda restrições de acesso aos mercados de serviços em geral, e não apenas ao crédito”.

Por outro lado, “a maioria dos agricultores familiares no Brasil não está preparada ou não tem condições para ocupar mercados exigentes com produtos de qualidade e padrões constantes de produção” (BITTENCOURT, 2002, p. 91).

É importante ressaltar que um dos fatores que dificultam o fortalecimento da agricultura familiar no Brasil é a maneira como são atribuídos os subsídios aos agricultores nos países industrializados.

O apoio à agricultura familiar no Brasil

Em 1996, reconhecendo a importância da agricultura familiar para o desenvolvimento sócio-econômico do país, o governo federal instituiu o Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (PRONAF). O referido programa possui a finalidade de “promover o desenvolvimento sustentável do segmento

rural constituído pelos agricultores familiares, de modo a propiciar-lhes o aumento da capacidade produtiva, a geração de empregos e a melhoria de renda” (BRASIL, 1996, p.1).

Ao instituir o PRONAF, o governo federal definiu para o referido programa o seguinte objetivo geral: propiciar condições para aumentar a capacidade produtiva, a geração de emprego e de renda, de tal forma a melhorar a qualidade de vida dos agricultores familiares (BRASIL, 1996).

Acrescenta Mattei (2005), que o PRONAF foi estruturado com os seguintes objetivos específicos:

- a) ajustar as políticas públicas de acordo com a realidade dos agricultores familiares;
- b) viabilizar a infra-estrutura necessária à melhoria do desempenho produtivo dos agricultores familiares;
- c) elevar o nível de profissionalização dos agricultores familiares através do acesso aos novos padrões de tecnologia e de gestão social;
- d) estimular o acesso desses agricultores aos mercados de insumos e produtos.

Os recursos do PRONAF são oriundos do Fundo de Amparo ao Trabalhador (FAT); do Tesouro Nacional e das Exigibilidades Bancárias (MCR 6.2) e Fundos Constitucionais do Centro-Oeste (FCO) e do Nordeste (FNE). Tais recursos devem ser direcionados ao custeio da agricultura familiar.

Na opinião de Bittencourt (2002, p. 93), “o crédito rural para a agricultura familiar pode ser considerado como um dos instrumentos de maior sucesso do PRONAF”.

O PRONAF é um instrumento elementar de modernização e expansão do crédito de custeio. Ele pode ser definido como uma política agrícola, que põe em prática uma das principais lições da experiência internacional de desenvolvimento agrícola, tornando eficiente o potencial dos trabalhadores, os agricultores familiares e suas organizações.

Ainda de acordo com Bittencourt (2002), entre os fatores que limitam a aplicação do volume de crédito disponível do PRONAF, podem ser citados os seguintes fatores:

- a) a falta de assistência técnica;
- b) inexistência ou outras garantias para o crédito de investimento;
- c) excesso de exigências por parte dos bancos;
- d) falta de informação dos produtores;
- e) pouca disposição dos bancos em operar com financiamentos de pequeno porte;
- f) restrições para a utilização do crédito em algumas regiões devido à fonte de recurso, a qual também pode limitar algumas modalidades de crédito;
- g) baixa rentabilidade dos sistemas de produção mais comumente utilizados;
- h) reduzido número de agências bancárias presentes nas pequenas cidades;

INFORMATIVO TÉCNICO DO SEMI-ÁRIDO
GRUPO VERDE DE AGRICULTURA ALTERNATIVA (GVAA)

i) período de disponibilização dos créditos, etc.
Segundo Mattei (2005), o público-alvo do referido programa atende especificamente os agricultores familiares, que são caracterizados a partir dos seguintes critérios:

- a) possuir 80% da renda familiar originária da atividade agropecuária;
- b) deter ou explorar estabelecimentos com área de até 4 módulos fiscais;
- c) explorar a terra na condição de proprietário, meeiro, parceiro ou arrendatário;
- d) utilizar mão-de-obra exclusivamente familiar, podendo manter até dois empregados permanentes;
- e) residir no imóvel ou em aglomerado rural ou urbano próximo e possuir uma renda anual máxima de até R\$ 27.500,00.

Assim sendo, analisando os objetivos e o perfil do público-alvo do PRONAF, percebe-se que o referido

programa constitui-se num instrumento elementar de modernização e expansão do crédito de custeio, que fortalece a política agrícola brasileira, priorizando o desenvolvimento agrícola e melhorando as condições de vida dos agricultores familiares.

Agricultura familiar: Uma alternativa para o desenvolvimento sustentável

Na opinião de Veiga (2002), a agricultura patronal, modelo ainda predominante no Nordeste brasileiro, emprega cada vez menos trabalhadores, acarretando cada vez mais concentração de renda e exclusão social, ou seja, absurda ineficiência distributiva, diferentemente da agricultura familiar que é tida como padrão redutor da pobreza.

Quadro 1 - Comparativo entre a agricultura familiar e a patronal

AGRICULTURA PATRONAL	AGRICULTURA FAMILIAR
Completa separação entre a gestão e o trabalho	Trabalho e gestão intimamente relacionados
Organização centralizada	Direção do processo produtivo assegurado diretamente p/ produtores
Ênfase na Especialização	Ênfase na diversificação
Ênfase nas práticas agrícolas padronizáveis	Ênfase na durabilidade dos recursos e na qualidade de vida
Trabalho assalariado predominante	Trabalho assalariado complementar
Tecnologias dirigidas à eliminação das decisões “de terreno” e “de momento”	Decisões imediatas, adequadas ao alto grau de imprevisibilidade do processo produtivo

Fonte: FAO/INCRA (1995).

Analisando as características centrais das duas principais formas de produção agrícola no Brasil, percebe-se que a forma patronal possui forte ênfase na especialização, na divisão entre gestão e trabalho e na monocultura, enquanto que a forma familiar de produção, a ênfase recai sobre a diversificação produtiva, integração entre gestão e trabalho e qualidade de vida.

Na opinião de Carmo (1998), a produção agrícola familiar apresenta características que mostram sua força como local privilegiado ao desenvolvimento de agricultura sustentável, em função de sua tendência à diversificação, a integração de atividades vegetais e animais além de trabalhar em menores escalas.

Nesse sentido, a agricultura familiar se torna uma estratégia de desenvolvimento rural que promove o rápido processo de inovação na indústria e nos serviços, sem piorar as taxas de desemprego no ambiente urbano. Desta forma, percebe-se que “a agricultura familiar é um setor estratégico para a manutenção e recuperação do emprego, para a constituição de um desenvolvimento sustentável” (SICSÚ et al., 2002, p. 137).

Desenvolvimento sustentável é um termo bastante utilizado na atualidade. Ele pode ser definido como sendo aquele que satisfaz as necessidades do presente sem comprometer a capacidade das futuras gerações de satisfazer as suas próprias necessidades. Desta forma, o desenvolvimento sustentável pressupõe

INFORMATIVO TÉCNICO DO SEMI-ÁRIDO **GRUPO VERDE DE AGRICULTURA ALTERNATIVA (GVAA)**

‘continuidade’ e ‘permanência’ da qualidade de vida e das oportunidades no tempo, incorporando perspectiva de ‘longo prazo’.

De acordo com Veiga (1994), entre os vários objetivos alcançados pelo desenvolvimento sustentável, pode-se destacar os seguintes:

- a) a manutenção por longo prazo dos recursos naturais e da produtividade agrícola;
- b) o mínimo de impactos adversos ao ambiente;
- c) retornos adequados aos produtores;
- d) otimização da produção com mínimo de insumos externos;
- e) satisfação das necessidades humanas de alimentos e renda;
- f) atendimento das necessidades sociais das famílias e das comunidades rurais.

Em síntese, o desenvolvimento sustentável deve conciliar, por longos períodos, o crescimento econômico e a conservação dos recursos naturais. Quanto à sustentabilidade, esta significa a “possibilidade de se obterem continuamente condições iguais ou superiores de vida para um grupo de pessoas e seus sucessores em dado ecossistema” (CAVALCANTI, 1998, p. 161).

É importante ressaltar que a agricultura familiar aumenta a renda dos produtores e sua produtividade a tal nível, que supre o mercado local, fortalecendo a economia interna, aumentando, conseqüentemente, o seu poder de competitividade.

Por essas e por outras razões, a agricultura familiar nordestina deve ser vista como alternativa para a obtenção de um desenvolvimento mais sustentável, através de incentivos para aumentar a sua produção de subsistência ou para criar estratégias de sobrevivência fora das porteiras de sua propriedade.

No entanto, mesmo dispondo de um rico potencial, para tornar-se uma alternativa ao desenvolvimento sustentável do nordeste brasileiro, a agricultura familiar precisa ser viabilizada pela intervenção do Estado e pela incorporação de conhecimentos.

A agroecologia e a produção sustentável

Visando a sustentabilidade, através da agricultura familiar pode-se priorizar as técnicas a Agroecologia. Pois, a parceria entre agricultura familiar e agroecologia permite revisar e atualizar essa linha de pensamento, desenvolvendo-a na perspectiva da construção de uma cultura de convivência com o semi-árido, fundamentada na interação entre os conhecimentos e as técnicas geradas pela vivência da população local com seu meio e aqueles originários dos processos de pesquisa científica da atualidade.

Segundo Altieri (2001), a Agroecologia constitui-se num enfoque teórico e metodológico que,

lançando mão de diversas disciplinas científicas, pretende estudar a atividade agrária sob uma perspectiva ecológica.

Nesse sentido, ela pode ser entendida como um enfoque científico destinado a apoiar a transição dos atuais modelos de desenvolvimento rural e de agricultura convencional para estilos de desenvolvimento rural e de agriculturas sustentáveis.

Entretanto, para Gliessman (2000, p. 31), a Agroecologia corresponde a um campo de estudos que pretende o manejo ecológico dos recursos naturais, para através de uma ação social coletiva de caráter participativo, de um enfoque holístico e de uma estratégia sistêmica, reconduzir o curso alterado da coevolução social e ecológica, mediante um controle das forças produtivas que estanque seletivamente as formas degradantes e expoliadoras da natureza e da sociedade.

Destá forma, a partir de um enfoque sistêmico, a Agroecologia adota o agroecossistema como unidade de análise, tendo como propósito, em última instância, proporcionar as bases científicas (princípios, conceitos e metodologias) para apoiar o processo de transição do atual modelo de agricultura convencional para estilos de agriculturas sustentáveis.

A agricultura familiar, por sua vez, está mais próxima dos princípios agroecológicos, seja pela sua lógica produtiva ou pela sua tradição de policultura. A sua lógica produtiva, diferentemente da agricultura patronal, não se baseia apenas na produtividade.

De acordo com Altieri (2001), na agroecologia a produção sustentável deriva do equilíbrio entre plantas, solo, nutrientes, luz solar, umidade e outros organismos co-existentes.

Assim, o agroecossistema é produtivo e saudável quando essas condições de crescimento ricas e equilibradas prevalecem, e quando as plantas possuem ou desenvolvem, a partir do manejo, tolerância a estresses e adversidades. Essa estratégia é viabilizada com o desenho de sistemas produtivos complexos e diversificados que pressuponham a manutenção de policultivos anuais e perenes associados com criações.

Afirmam Aquino e Assis (2007, p. 138), que os sistemas de produção de base agroecológica caracterizam-se pela utilização de tecnologias que respeitem a natureza, para, trabalhando com ela, manter ou alterar pouco as condições de equilíbrio entre os organismos participantes no processo de produção, bem como do ambiente.

Nesse sentido, percebe-se que a agroecologia vai além de uma visão unidimensional de agroecossistemas para abarcar uma compreensão de níveis ecológicos e sociais de co-evolução, estrutura e função. Assim, ao invés de focalizar um componente específico do agroecossistema, a agroecologia enfatiza a inter-relação de todos os componentes do agroecossistema com a dinâmica complexa dos processos ecológicos.

Na visão de Penteadó (2000), a agricultura orgânica tem por princípio estabelecer sistemas de

INFORMATIVO TÉCNICO DO SEMI-ÁRIDO **GRUPO VERDE DE AGRICULTURA ALTERNATIVA (GVAA)**

produção com base em tecnologias de processos, ou seja, um conjunto de procedimentos que envolvam a planta, o solo e as condições climáticas, produzindo um alimento sadio e com suas características e sabor originais, que atenda às expectativas do consumidor.

Por outro lado, de acordo com Aquino e Assis (2007, p. 138), a agroecologia, na busca de agroecossistemas sustentáveis, procura estabelecer a base científica para uma agricultura que tenha como princípios básicos a menor dependência possível de insumos externos à unidade de produção agrícola e a conservação dos recursos naturais. Para isto, os sistemas agroecológicos procuram maximizar a reciclagem de energia e nutrientes, como forma de minimizar a perda destes recursos durante os processos produtivos.

Os sistemas de produção agrícola, além de processos ecológicos, envolvem também processos sociais, sendo a agricultura o resultado da co-evolução de sistemas naturais e sociais.

Explicam Assis e Romeiro (2002), para o sucesso dos sistemas agroecológicos, a primeira preocupação deve ser, na implementação, relacionada ao solo, no que se refere à recuperação e manutenção do seu equilíbrio biológico, pois este influenciará em grande medida suas características físicas e químicas.

No entanto, há que se desenvolver e aplicar soluções criativas para minimizar o uso de insumos industrializados e maximizar o uso dos recursos naturais, tendo como base a preocupação com o controle da erosão e a conservação da fertilidade e da biota do sistema solo/planta.

A agricultura familiar no nordeste brasileiro

Afirma Lamarche (1993), que a agricultura familiar no Brasil nasceu da precariedade econômica e social, do controle dos meios de trabalho e, especialmente da terra, num caráter rudimentar dos sistemas de culturas e das técnicas de produção.

No entanto, é importante destacar que as origens da agricultura familiar no Brasil, foram demarcadas pelos aspectos que caracterizaram o período colonial, ou seja, a grande propriedade, as monoculturas de exportação e a escravatura.

Assim, constata-se que a origem da agricultura familiar no país possui características secundárias no que se refere ao seu papel de assumir atividades que possibilitem gerar divisas para o país, sendo sua característica marcante, desde sua formação.

Analisando o surgimento da agricultura familiar brasileira, Denardi (2001) afirma que a mesma se conformou na história nacional (principalmente a nordestina) como um setor bloqueado, excluído do progresso social. Motivada pela concepção dominante existente no país, a agricultura familiar vinculou-se à

noção de garantia da subsistência, mantendo a propriedade.

Apesar de todos esses bloqueios e exclusões na economia, na política e na sociedade, a agricultura familiar nordestina tem passado por várias fases e conseguido sobreviver nessas últimas décadas.

No entanto, o novo eixo de Desenvolvimento Sustentável adotado nas atuais políticas sugere uma mudança no que diz respeito ao avesso da tradição rural brasileira no grande latifundiário, dando, com isso, destaque à importância do papel que a agricultura familiar tem na dinâmica econômica do país (SILVA, 2000)

Na opinião de Cazella, Mattei e Schneider (2004, p. 32), a agricultura familiar nordestina deve ser vista como alternativa para a obtenção de um desenvolvimento mais sustentável através do incentivo para aumentar a sua produção de subsistência ou até criar estratégias de sobrevivência fora das porteiras de sua propriedade. Esse incentivo deve partir dos governantes dos estados nordestinos, no que diz respeito aos investimentos adequados para a transformação da agricultura familiar de subsistência em agricultura familiar empresarial. Essa transformação não é impossível, mas demanda tempo para se concretizar.

No nordeste brasileiro, o ponto de partida para a obtenção de um desenvolvimento agrícola mais sustentável, está no potencial e na capacidade da agricultura familiar, que está ligada, também, a sua prática social e econômica cotidiana, que traz consigo um conjunto de experiências cuja sistematização oferece uma preciosa ferramenta para diagnosticar os problemas existentes, bem como para propor políticas em direção a sua superação.

Em síntese, conclui-se que o caminho para o desenvolvimento na região nordestina do potencial que os agricultores familiares podem oferecer, através dos limites e potencialidades econômicas de seu território.

A agricultura familiar no município de Condado-PB

Inserido na meso região do sertão paraibano, o município de Condado encontra-se totalmente em zona semi-árida. Seu clima é seco e quente, apresenta índices pluviométricos considerados regulares na região.

A maioria de seus solos, são de natureza argilo-silicoso, com fina cobertura orgânica, característica comum aos solos do sertão paraibano (MASCARENHAS et al., 2005).

A cobertura vegetal que caracteriza o município, é do tipo caatinga, plantas xerófitas adaptadas aos longos períodos de estiagens. No entanto, devido à ação do homem, essa cobertura já se apresenta bastante degradada e, algumas áreas do município, já apresentam índices elevados de degradação, susceptíveis, portanto, ao início do processo de desertificação.

INFORMATIVO TÉCNICO DO SEMI-ÁRIDO GRUPO VERDE DE AGRICULTURA ALTERNATIVA (GVAA)

A rede hidrográfica do município de Condado é composta por pequenos riachos, destacando-se entre eles, o da Timbaúba, que foi represado em 1934, pelo antigo DNOSC. No local, foi construído o atual Açude Engenheiro Arcoverde, principal reservatório d'água do município, com uma capacidade de 35.000.000 m³ (CRUZ, 2002).

Em torno desse reservatório, concentra-se a maioria dos agricultores do município. À sua jusante, existe um perímetro irrigado, instituído pelo DNOSC, no início da década de 1970. Atualmente, o referido perímetro encontra-se praticamente abandonado e os agricultores que lá exercessem suas atividades, vêm enfrentando as maiores dificuldades, principalmente, quanto à falta de assistência técnica e incentivos financeiros, por parte dos organismos de governo.

O uso de métodos e técnicas agrícolas superadas, têm contribuído para a estagnação econômica do Perímetro Irrigado Engenheiro Arcoverde, no município de Condado-PB. A irrigação, feita ainda como se fazia na década de 1950 e 1960, traz sérios prejuízos ao solo, como por exemplo a remoção de sua camada superficial, tornando-o mais pobre, degradado e mais suscetível à salinização.

Tal situação, cujo quadro vem se descortinando ao longo das décadas, tem contribuído para a redução da produção do referido perímetro. Tal situação vem sendo agravada pela forte presença de nematóides, que vem contaminando todas as culturas ali instaladas, reduzindo drasticamente sua produção, qualidade e valor econômico.

Assim sendo, constata-se que a falta de assistência técnica especializada constitui o principal motivo da decadência em que se encontra o Perímetro Irrigado Engenheiro Arcoverde, cujos primeiros efeitos já são notados na economia do município de Condado.

Diante de tal situação, constata-se também a necessidade de se fortalecer a agricultura familiar no município de Condado.

Atualmente, no referido município, as rendas monetárias mensais geradas na agricultura familiar são ainda muito baixas para assegurar um nível digno de vida aos trabalhadores rurais, pois, são muito inferiores ao salário mínimo. Tal situação é resultante da efetivação de políticas agrícolas, voltadas para o desenvolvimento local e região como um todo.

No entanto, a realidade de município de Condado demonstra que nele existe mais de um tipo de agricultura familiar, aquela desenvolvida ao longo das margens do Açude Engenheiro Arcoverde, a desenvolvida no Perímetro Irrigado e, a praticada em outras áreas, por pequenos grupos familiares, cada uma, apresentando características diferentes, mas, com problemas comuns: a falta de apoio governamental, principalmente no que diz respeito ao financiamento e à assistência técnica.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A agricultura familiar pelo seu potencial, constitui parte importante da solução dos problemas do país e não, simplesmente, porque representa um segmento numeroso da população que necessita de um programa de assistência social.

No entanto, esse discurso acadêmico ainda não foi colocado na prática, pois a agricultura familiar em todos os municípios do país vem padecendo pela falta de apoio financeiro e de assistência técnica. Esse fato também é constatado no município de Condado, inserido na zona semi-árida do sertão paraibano.

Até o presente, a agricultura familiar, no Brasil, ainda não reconheceu as vantagens dessa modalidade de agricultura como sendo uma estratégia ao desenvolvimento rural.

Em Condado, a falta de assistência técnica e de financiamento à produção, vem contribuindo para a aniquilação de uma considerável parcela de agricultores familiares, que utilizam parte do Perímetro Irrigado Engenheiro Arcoverde.

O caminho para a superação das dificuldades/problemas registrados na agricultura familiar, desenvolvida no município de Condado-PB, resume-se na efetivação de políticas públicas, que tragam efeitos imediatos, melhorando as condições de vida da população rural, e, conseqüentemente, revitalizando a economia local.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ABRAMOVAY, Ricardo. Agricultura familiar e uso do solo. São Paulo em Perspectiva, abr/jun, vol. 11, n° 2:73-78, 2004.

ALTIERI, M. A. Agroecologia: a dinâmica produtiva da agricultura sustentável. 3. ed. Porto Alegre: UFRGS, 2001.

AQUINO, Adriana Maria de; ASSIS, Renato Linhares de. Agricultura orgânica em áreas urbanas e periurbanas com base na agroecologia. Ambiente & Sociedade. Campinas. v. X, n. 1, p. 137-150, jan-jun. 2007.

ASSIS, R. L. de; ROMEIRO, A. R. Agroecologia e agricultura orgânica: controvérsias e tendências. Desenvolvimento e Meio Ambiente, Curitiba, v. 6, p. 67-80, 2002.

INFORMATIVO TÉCNICO DO SEMI-ÁRIDO
GRUPO VERDE DE AGRICULTURA ALTERNATIVA (GVAA)

- BITTENCOURT, Gilson. Agricultura familiar e agronegócio: questões para pesquisa. In: LIMA, Dalmo M. de Albuquerque; WILKINSON, John (Orgs.). Inovações das tradições da agricultura familiar. Brasília: CNPq, 2002.
- BRASIL. Decreto nº 1.946, de 28 de junho de 1996. Cria o programa nacional de fortalecimento da agricultura familiar (PRONAF), e dá outras providências. Diário Oficial da União, Brasília, DF, 1 julho 1996.
- BUAINAIN, Antônio Márcio et al. Inovação tecnológica na agricultura e na agricultura familiar. In: LIMA, Dalmo M. de Albuquerque; WILKINSON, John (Orgs.). Inovações das tradições da agricultura familiar. Brasília: CNPq, 2002.
- CARMO, Maristela Simões. A produção familiar como locus ideal da agricultura sustentável. In: FERREIRA, Ângela D. D., BRANDENBURG, Alfio (Org.). Para pensar outra agricultura. Curitiba: UFPR, 1998.
- CAVALCANTI, Clovis. Sustentabilidade da economia: paradigmas alternativos da realização econômica. In: CAVALCANTI, Clovis (org). Desenvolvimento e natureza: estudo para uma sociedade sustentável. São Paulo: Cortez; Recife, PE: Fundação Joaquim Nabuco. 1998.
- CAZELLA, Ademir Antonio; MATTEI, Lauro; SCHNEIDER, Sérgio. Histórico, caracterização e dinâmica recente do PRONAF. In: CONGRESSO BRASILEIRO DE ECONOMIA E SOCIOLOGIA RURAL, XLII., 2004, Cuiabá. Anais... Cuiabá, 2004.
- CRUZ, Cornélio Ferreira da. Condado: 70 anos de história (1932-2002). Patos: Visão, 2002.
- DENARDI, Reni Antonio. Agricultura familiar e políticas públicas: alguns dilemas e desafios para o desenvolvimento rural sustentável. In: Agroecologia e desenvolvimento rural sustentável, Volume 2, nº 3, Julho/Setembro, Porto Alegre, 2001.
- GLIESSMAN, S. R. Agroecologia: processos ecológicos em agricultura sustentável. Porto Alegre: UFRGS, 2000.
- HECHT, S. A. evolução do pensamento agroecológico. In: ALTIERI, M. Agroecologia: as bases científicas da agricultura alternativa. 4. ed. Rio de Janeiro: PTA/FASE, 2000.
- LAMARCHE, H. (coord.). Agricultura familiar: comparação internacional. Campinas, ed. da Unicamp. 1993.
- MASCARENHAS, João de Castro [et al.]. Diagnóstico do município de Condado, Estado de Paraíba. Recife: CPRM/PRODEEM, 2005. Projeto cadastro de fontes de abastecimento por água subterrânea.
- MATTEI, Lauro. Programa nacional de fortalecimento da agricultura familiar (PRONAF). Brasília: Ministério do Planejamento, 2005.
- PENTEADO, S. R. Introdução à agricultura orgânica: Normas e técnicas de cultivo. Campinas: Grafimagem, 2000.
- SICSÚ, Abraham Benzaquen et al. Mata sul de Pernambuco: crises e perspectivas. Recife: FASA, 2002.
- SILVA, Antônia Maria. A agricultura familiar no Brasil: Características e Desafios. In: RV Econômica. Análise e perspectivas sócio-econômicas. Ano 2, edição nº 4- Maio de 2000 - Centro de Estudos e Pesquisas Socioeconômicos.
- VEIGA, Jose Eli. Cidades Imaginárias. Campinas: Autores Associados, 2002.
- _____. Problemas da transição à agricultura sustentável. In: Estudos econômicos. São Paulo, v. 24, n. especial, p.9-29, 1994.